



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 3101, de 05 de junho de 2023

**A SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais, que o cargo lhe confere e nos termos da Lei Estadual 13.666 de 27 de julho de 2000, alterada pelas Leis 14.306 de 12 de novembro de 2002, 15.557 de 16/01/2006, 18.036 de 07 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

**I - AUTORIZAR**, a transferência de recursos financeiros no valor total de **R\$ 60.000,00** (sessenta mil reais) à Unidade Executora do **Conselho Escolar Artur Costa e Silva**, inscrito no CNPJ: 00.664.875/0001-98, situado na Rua Sebastião Rodrigues da Silva, , Bairro: Centro, no município de Itaguaru, jurisdicionada a Coordenação Regional de Educação de Itaberaí, constante no Processo nº 202300006003476, de 13 de janeiro de 2023.

**II - ESTABELECE**R, que o numerário deverá ser creditado à conta nº 15044-4, Banco do Brasil - 001, Agência: 3676-5, conforme **REX nº 3161**.

**III - ESCLARECER**, que o referido numerário destina-se ao atendimento das despesas para investimento com reforma e ampliação no Colégio Estadual Artur da Costa e Silva, município de Itaguaru, conforme disposto no Ofício do Parlamentar nº 0016/23-GDAA (000036952461) e no Espelho da Emenda Parlamentar nº 698/2022 (000036952535), na Lei Orçamentária Anual - LOA 2023, publicada no suplemento, Diário Oficial/GO nº 23.949, em 29 de dezembro de 2022, Anexo V - Ações resultantes das emendas de iniciativas parlamentares (46397955 V e as demais informações contidas nos Despacho nº 652/2023/SEDUC/GEGRAP (46560011), Despacho nº 3968/2023/SEDUC/SUPINFRA (48335911) e Despacho nº 1903/2023/SEDUC/COORDASTEC (48356730), o empenho deverá ser de acordo com a Programação de Desembolso Financeiro PDF (48328255) anexo.

**IV - DETERMINAR**, que os recursos deverão ser aplicados até **180 (cento e oitenta) dias** pelo (a) responsável não podendo ser utilizado após a expiração do prazo estabelecido, salvo eventualidade que justifique a prorrogação devidamente autorizada, pela Secretária.

**V - DETERMINAR**, ao Coordenador Regional de Educação, que promova o procedimento licitatório e/ou dispensa de licitação, o qual deverá ficar sob seu controle, solicitando ao Presidente do Conselho Escolar, que designe comissões especiais formadas por um servidor efetivo da Coordenação, dois servidores efetivos da unidade escolar e um membro do Conselho Escolar da unidade interessada, exceto seu presidente e também o membro da Comissão de

Execução Financeira responsável pelos atos legais do Conselho, aplicando sempre a legislação vigente (Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/21 Art. 5º e Súmula 177-TCU ); ressalvados os casos de situações de dispensas do Art. 75, Incisos I e II e de aditivos aos contratos, os quais independem do procedimento licitatório.

**VI - EXIGIR**, quando da prestação de serviços com utilização de mão de obra ou na execução de obras:

I – Certidão Negativa do INSS;

II – Certidão do Fundo de Garantia;

III - Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

IV – Guia de Recolhimento do FGTS e de informações à Previdência Social;

V – Resumo da Folha de Pagamento Mensal.

**VII - ESCLARECER**, que as obras/serviços ou compras/prestações de serviços só poderão serem iniciados quando os recursos financeiros forem depositados na conta do Conselho.

**VIII - DETERMINAR**, que o recebimento no caso de serviços/compras será atestado por dois dos membros definidos no item V.

**IX - DETERMINAR**, que a prestação de contas deverá ser encaminhada a SEDUC até 30 (trinta) dias após o término no prazo de aplicação, observando art. 13 da Lei 13.666/2000, alteração pela Lei 14.306/2002 e Resolução nº 002, de 15 de fevereiro de 2023.

## **CUMpra-SE.**

Profª Aparecida de Fátima Gavioli Soares Pereira  
**SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**



Documento assinado eletronicamente por **APARECIDA DE FATIMA GAVIOLI SOARES PEREIRA, Secretário (a) de Estado**, em 06/06/2023, às 17:27, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.go.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **48433814** e o código CRC **1055D0A0**.

## **COORDENAÇÃO DO PROESCOLA**

AVENIDA 5ª AVENIDA 212 Qd.71 Lt., S/C - Bairro SETOR LESTE VILA NOVA - GOIANIA - GOIÁS - CEP 74643-030 - (62)3220-9723.



Referência: Processo nº 202300006003476



SEI 48433814